**TCU aprova pedaladas monstros de Bolsonaro

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou com ressalvas, na quarta-feira (10), as contas do presidente Jair Bolsonaro.

A aprovação foi por unanimidade. A corte é composta por nove ministros.

Há dois crimes claros de "pedaladas " de Bolsonaro. Primeiro , a terceirização de despesas de ministérios para estatais, prática vetada pela Constituição.

Segundo, o pagamento de aposentadorias sem previsão orçamentária, o que pode significar crime de responsabilidade e levar à abertura de um processo de impeachment.

Por muito menos do que isso, a ex-presidente Dilma Russef teve as contas reprovadas pelo TCU e sofreu um impeachment por ter usado recurso de bancos públicos no pagamento de benefícios sociais do governo.

Uma das mais graves infrações feita para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, fez com que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) usasse recursos previstos no Orçamento deste ano para arcar com R$ 1,48 bilhão em despesas do ano anterior com o pagamento de benefícios.
Mas o pior é que o maior crime foi cometido por nada mais nada menos que o Ministério da Defesa,cujo titular frequentou as manifestações bolsonaristas contra o Congresso e o Supremo.

A pasta destinou recursos sob a rubrica de "aumento de capital" para a Emgepron, empresa ligada ao Comando da Marinha que gerencia projetos navais. Mas não foi para isso que os miliares golpistas destinaram os recursos, mas sim para adquirir embarcações para operarem na base de pesquisa na Antártida, ou seja, gastos correntes. Com essa manobra, o Ministério da Defesa se isentou de SETE BILHÕES e 600 MIL REAIS em despesas em seu balanço. Assim fazendo evitou o impacto direto no cumprimento do teto de gastos e no resultado fiscal da União.

O Ministério da Defesa usou, portanto, de evidente MÁ FÉ , de um estratagema para fugir e ultrapassar o teto de gastos determinado pela famosa Emenda Constitucional 95 que, desde 2016, impede a execução de gastos públicos de um ministério ou demais órgãos da administração pública direta por meio de estatais. E foi isso que fez o "honestissimo" Ministro da Defesa, pois Despesas com aumento de capital de estatais não dependentes, como a Emgepron, não podem ser contabilizadas para a apuração do teto de gastos e escapam, portanto, dos limites de despesas primárias. Mas, para o TCU, inexplicavelmente , esta manobra de bilhões não configura crime de responsabilidade !!!!

A lista de crimes, no entanto, é grande:

-- problemas nos compromissos assumidos pelo governo com organismos internacionais. Em 2019, foram destinados R$ 561,3 milhões para esse custeio e as obrigações, no entanto, somaram R$ 2,8 bilhões.
-- A dívida pública projetada para este ano está em 90% do PIB e deve terminar acima de 100% com uma nova rodada de socorro financeiro para evitar os estragos causados pelo vírus na economia.
--- A pandemia também motivou outro alerta do tribunal em relação ao descumprimento da regra de ouro, mecanismo legal que limita o crescimento dos gastos de um ano à inflação do ano anterior.
No ano passado, a União registrou receitas de operações de crédito de R$ 1 trilhão e realizou despesas de capital de R$ 871,7 bilhões. Ou seja, a União estourou a regra de ouro em R$ 185,3 bilhões e, para isso, precisou se endividar ainda mais com autorização do Congresso, que liberou um crédito extraordinário de R$ 248,9 bilhões. Essa situação de descumprimento da regra de ouro se estenderia até 2026, segundo projeções do Tesouro. Com os gastos decorrentes da pandemia, essa projeção terá de ser ampliada.

Em 2020, o governo precisará de novo aval do Congresso de, ao menos, R$ 250 bilhões para o cumprimento da regra de ouro. Não foi , portanto, desprovida de sentido a atitude do Presidente do Banco do Brasil na reunião ministerial ocorrida no Palácio do Planalto em abril chamou o Tribunal de "central do terror" por considerar que a atuação dos auditores fere a independência do poder Executivo. Mas, para o Governo fascista de Bolsonaro, o TCU passará para a história como uma Casa de Irene.**